

# O LADO NEGRO DO DISCURSO. ESTEREÓTIPOS RACISTAS EM RELATOS DE VIAJANTES ALEMÃES SOBRE A ESCRAVIDÃO NO BRASIL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX.

Luiz Barros MONTEZ (Faculdade de Letras da UFRJ/ Biblioteca Nacional)

**RESUMO:** O artigo levanta alguns estereótipos relevantes nos discursos de alguns viajantes europeus no Brasil no início do século XIX, particularmente naqueles postos em circulação na Europa por viajantes alemães com clara filiação progressista. Estes discursos, não obstante sua clara condenação ao escravismo no Brasil e no mundo, reproduzem estereótipos que – esta é a hipótese que temos estudado com base em pesquisa e na tradução de documentos inéditos em língua alemã do período assinalado, na condição de bolsista da Fundação Biblioteca Nacional – ainda hoje são acionados pelos próprios brasileiros na complexa mescla discursiva de construção de nossa identidade. Destaco a necessidade de uma ressignificação dos discursos de viajantes europeus no Brasil em geral, não mais como ecos remotos de ideologias mortas na atualidade, mas como ações discursivas ainda hoje funcionalizadas, efetivas e profundamente pregnantes nos discursos com os quais os próprios brasileiros interagem entre si e constroem a sua identidade cotidianamente.

**ZUSAMMENFASSUNG:** Der Artikel wirft einige relevante Stereotypen bei den Diskursen einiger europäischer Reisender in Brasilien zu Beginn des 20. Jahrhunderts auf, insbesondere bei denjenigen die von aufgeklärten deutschen Reisenden aus Europa in Lauf gesetzt wurden. Trotz ihrer eindeutigen Ablehnung der Sklaverei, sowohl in Brasilien als auch weltweit, reproduzieren diese Diskurse Stereotypen die noch heute von den Brasilianern selbst in Gang gesetzt werden, wenn es sich um das komplexe Zusammenstellen der Diskurse handelt, die unsere Nationalidentität bilden. Darin wird die Notwendigkeit hervorgehoben, dass die Diskurse der damaligen europäischen Reisenden in Brasilien überhaupt wieder ausgelegt werden, nicht mehr als Ausklänge der in der Aktualität ausgestorbenen Ideologien, sondern als heute noch zu funktionalisierende, effektive und tief einprägende diskursive Handlungen, mit denen die eigenen Brasilianer untereinander interagieren und alltäglich ihre Identität erstellen.

**PALAVRAS-CHAVE:** relatos de viajantes; construções identitárias; linguagem e historiografia; discurso e interculturalidade.

**SCHLÜSSELWÖRTER:** Reiseberichte; identitätsbildende Konstruktionen; Sprache und Geschichtsschreibung; Diskurs und Interkulturalität.

## 1. Introdução.

É amplamente reconhecido o fato de que os relatos dos viajantes estrangeiros no Brasil do passado formam um importante conjunto de textos que serve de análise para as investigações de nossa história, não importando quais metodologias ou orientações filosóficas estejam por trás das angulações assumidas por cada investigador em particular. E – excetuando os historiadores mais renitentemente marcados pelo positivismo – é igualmente reconhecida por círculos cada vez mais amplos de historiadores a materialidade histórica destes relatos em si mesmos, ou seja, a sua concretude social enquanto ação discursiva positivamente empregada em cada momento histórico específico. À medida que os estudos da linguagem voltados para a análise do discurso se projetam, influenciando e se deixando influenciar, sobre as áreas que lhe são adjacentes – vale dizer, sobre todas as “ciências do espírito” sem exceção, haja vista que todas elas são atravessadas pelo fenômeno da significação verbal – estes relatos vão sendo reconhecidos como um *corpus* com funções muito mais amplas do que simplesmente a função de “espelhar” ou “representar” a realidade de cada momento histórico específico.

Sendo mais específico: os relatos de viajantes vão sendo percebidos como ações discursivas que, tendo sido concebidos, postos em circulação e absorvidos em contextos históricos específicos, consubstanciaram estratégias de poder, ou seja, representaram práticas

sociais relevantes que, ao contrário do que muita gente pensa, não se encerraram num passado histórico considerado extinto.

Nenhuma superestrutura ideológica extingue-se simplesmente, a não ser que as condições materiais e históricas que a geraram tenham desaparecido completamente. Ainda assim, mesmo no contexto de radical transformação da infra-estrutura material própria da transição de um modo de produção para outro radicalmente distinto, as trocas semiológicas geradas pela ideologia anterior não sofreriam uma interrupção pura e simples. Neste sentido, portanto, aceitar a tese de que do século XIX a nossos dias os estereótipos racistas eurocêntricos desapareceram ou passaram a ter uma importância ideológica muito menor equivale a uma falácia, que revela ou a intenção de ocultação do fenômeno ou uma profunda incompreensão do caráter interpessoal da linguagem. Nenhuma obra sociológica ou econômica relevante concebeu até hoje o avanço do capitalismo nos dois últimos séculos em todo o mundo em termos de ruptura ou descontinuidade. Ao contrário, os detentores do capital de origem caucasóide têm imposto os seus valores ideológicos e estéticos de maneira cada vez mais intensiva.

Darcy Ribeiro descreve o avanço da revolução industrial sobre sociedades pré-industriais (como a sociedade brasileira no século XIX), nos marcos do que chama genericamente de “processo civilizatório”, em termos de três sistemas: (1) adaptativo, (2) associativo ou (3) ideológico, que correspondem respectivamente: (1) aos modos culturais de ação sobre a natureza, necessários à produção e à reprodução das condições materiais de existência de uma sociedade; (2) aos modos padronizados de regulamentação das relações entre as pessoas para efeito de atuarem em conjunto no esforço produtivo e na reprodução do grupo; e (3) ao conjunto de todas as formas de comunicação simbólica, como

a linguagem, as formulações explícitas de conhecimentos com respeito à natureza e à sociedade, os corpos de crenças e as ordens de valores, bem como as explicações ideológicas, em cujos termos os povos explicam e justificam seu modo de vida e de conduta (RIBEIRO, p. 16).

Com estes três sistemas, que nada mais são do que “corpos simbólicos de pautas socialmente transmitidas de geração em geração” (idem, *ibidem*), as sociedades formam a sua cultura.

Qualquer descrição da trajetória percorrida pelos estereótipos etnocêntricos e racistas, postos em circulação no Brasil fundamentalmente a partir da visão dos europeus sobre a terra e sobre a gente que a habitava (para cuja construção os relatos de viajantes tiveram certamente um papel decisivo, pela ampla capacidade de difusão), têm, portanto, que levar em consideração o conjunto destes “corpos simbólicos” descritos por Darcy.

Sem prejuízo de sua notável importância documental (principalmente no período anterior à chegada da família real portuguesa e da liberação progressiva da imprensa no Brasil), os relatos de viajantes – no caso do presente artigo: dos viajantes europeus, e mais intensamente entre os séculos XVIII e XIX – representaram a cristalização de formas ideológicas com as quais vastos contingentes de brasileiros passavam a se reconhecer e, como tentaremos evidenciar por meio de alguns exemplos espantosamente atuais, até hoje se reconhecem e agem no mundo em que vivem. Através destas formas ideológicas efetivadas não somente *através*, mas precisamente *nas* práticas discursivas, estes contingentes de brasileiros operavam a sua vida cotidiana, sancionavam e aprofundavam – como ainda hoje sancionam e aprofundam – a imensa fratura societária em que viviam, reproduzindo os discursos sobre o mundo do trabalho em que a natureza exploratória e alienada em que ele ocorre era permanentemente mascarada sob o *telos* de um *modelo europeu de civilização* a ser alcançado a qualquer custo.

## **2. Relatos de viajantes como discursos. Entre a informação histórica e o entretenimento.**

Miriam Lifschitz Moreira defende a utilização dos relatos de viajantes como fontes da história social da população brasileira (MOREIRA, 1997, p. 9-26), desde que passados por um

“crivo analítico, que torne válida a sua contribuição”. Assim ela fundamenta a sua tentativa de aproveitamento destes relatos:

em sua qualidade de estrangeiro, como não fazia parte do grupo cultural visitado, [o viajante] tinha condições de perceber aspectos, incoerências e contradições da vida cotidiana que o habitante, ao dá-la como natural e permanente, encontrava-se incapaz de perceber. O habitante vive sua vida e reflete apenas sobre seus aspectos mais próximos, sem tomar conhecimento de muitos outros do ambiente em que se encontra. As instituições, as interações sociais, os sinais, as indicações e orientações, que compõem o padrão cultural do grupo social a que pertence, são incorporados sem merecer uma reflexão global. O habitante tem uma vivência comum ao grupo, mas poucos conhecimentos sobre ele como um todo. Por ser alguém que é “de fora” e está ali “de passagem”, sem intenção de ser aceito pelo grupo e com o objetivo de relatar a seus conterrâneos o que conseguiu perceber, o viajante torna-se um observador alerta e privilegiado do grupo visitado (MOREIRA, 1997, p. 9-10).

Tal qualidade do viajante é considerada por Miriam Lifschitz como essencialmente proveitosa. No entanto, ela percebe que o *locus* narrativo do viajante carrega em si armadilhas ideológicas perigosas, haja vista que ele

traz a postura do civilizado diante do povo atrasado, reforçada por uma série de obstáculos lingüísticos, culturais e econômicos à compreensão do grupo visitado. Mesmo quando o viajante não pertence à nobreza ou à alta burguesia, identifica-se com a civilização européia e seus padrões de avaliação dos homens, de acordo com o êxito ou o fracasso. Ao avaliar o grupo visitado e seus valores estranhos, dos quais o observador tem apenas amostras concretas fragmentárias, o visitante e o habitante acabam vítimas de inúmeros mal-entendidos. Muitas das dificuldades desse relacionamento provêm da capacidade distinta dos viajantes de se desprenderem de sua cultura de origem para observar e repensar a população visitada; e a população brasileira que podia ler os seus escritos nem sempre era a que estava sendo descrita ou interpretada no livro de viagem, pois era constituída pela faixa de habitantes mais abastados, identificados com a cultura européia (idem, p. 10)

Particularmente nesta segunda citação Lifschitz mostra-se plenamente consciente do fato – carregado de conseqüências discursivas – de que a atitude ideológica do viajante estrangeiro traz, para efeito de comparação com o *mundo observado*, inúmeros preconceitos e pressupostos ideológicos que podem até certo ponto comprometer a objetividade de suas descrições, e deixa um alerta implícito de que esta objetividade pode ser até mesmo adulterada.

Se deixo grafado em itálico a expressão *mundo observado* é porque desejo propositalmente contrastá-la com o seu contrário imediatamente evocado, isto é, o *mundo não-observado*. Aspecto inexplorado na reflexão de Lifschitz, mas não menos carregado de conseqüências discursivas, é o fato (não mencionado pela estudiosa, conquanto claramente intuído por ela) de que a carga ideológica do viajante europeu no estrangeiro *impede-o drasticamente* de interagir discursivamente com o habitante local (não por razões lingüísticas, idiomáticas estritas, mas por visões de mundo diferenciadas), e, por conseguinte, de construir uma narrativa totalizante sob certos aspectos minimamente objetiva. A descrição perde em objetividade não pelo que ela aporta de equivocado e/ou adulterado, mas essencialmente pelo que ela *omite*, pelo que *permanece inobservado* na prática social e discursiva do viajante.

O modo como o europeu ocidental observava o mundo no século XIX tinha suas raízes fincadas no Iluminismo. A partir do século XVIII, o cientista iluminista impôs-se como tarefa sistemática reordenar todos os aspectos do mundo empírico em uma nova totalidade gnosiológica de modo radicalmente oposto ao anterior. Se até o início do século XVIII o historiador ainda estabelecia princípios ou sistemas filosóficos como molduras prévias através das quais os fenômenos da vida social eram compreendidos *a posteriori* em termos históricos<sup>1</sup>, à medida que o século XVIII avança é da observação empírica dos fenômenos singulares que se passa a inferir historicidade aos fatos observados.

---

<sup>1</sup> Cassirer descreve em detalhes o trajeto das ciências naturais em CASSIRER, 1997, p. 65-134.

No final do século XVIII e no início do século XIX os viajantes naturalistas imprimem em seus relatos a marca da observação objetiva, inapelável, porquanto sancionada por um olhar que se limita a esquadrihar com “neutralidade” o que vê, pois evita de forma declarada o apriorismo filosófico na análise do fato singular. Tal “pretensão” de objetividade imprime no processo de interação leitor-narrador a marca de uma “objetividade” falaciosa, posto que em última análise ela não faz mais do que ocultar os sérios problemas epistemológicos contidos no texto – mesmo quando estes textos se fazem passar por puro entretenimento. Aquilo que o viajante europeu (no nosso caso: de língua alemã) não pôde/consegiu observar por limitações ideológicas próprias, e por consequência não pôde/consegiu relatar, é (des)percebido pelo leitor como elemento “insignificante”, confundido com “não-relevante”. E este se sente tranqüilo para interagir assim com o texto, pois este tem a chancela freqüente da autoridade abalizada do viajante como “homem de cultura”.

Os relatos de viajantes europeus no Brasil até o século XIX encontram-se, portanto, no limite entre a informação histórica e o entretenimento, e à medida que avança o século XIX parece pender claramente para esta última função. (Isso não significa dizer que o discurso do historiador não possa ter o poder de entretenimento. A crescente procura por revistas de história vendidas nos jornaleiros em nossos dias está aí para mostrar que o discurso da história também entretém, e pode ser, inclusive, bastante rentável.) O contato destas duas disciplinas, da lingüística e da história, pode contribuir para o bom entendimento do discurso e de sua materialidade social e ideológica. O caráter necessariamente social e totalizante da história humana impõe também ao lingüista uma nova atitude diante da questão da ideologia. O estudo das formas verbais múltiplas e infinitas que dão forma à ideologia, quando transacionadas na ação discursiva nos contextos de interação verbal – nunca é demais repetir com Bakhtin: de intercâmbio sógnico enquanto ato interpessoal (cf. BAKHTIN, 1999, p. 31-39) – tendem, à luz da filosofia necessariamente unicizante da história humana, pela própria natureza desta filosofia, a inibir permanentemente as tendências que procuram descolar o fato lingüístico de sua base histórica concreta. O mesmo Bakhtin mostra na segunda parte de seu *Marxismo e Filosofia da Linguagem* como vem de longe a correta concepção da linguagem como fato eminentemente social e inter-humano, e deixa entrever que como a intuição genial acerca do caráter sógnico da ideologia e da linguagem já está presente no livro Johann Gottfried Herder de 1772, intitulado *Ensaio sobre a Origem da Linguagem*.

Podemos portanto falar num duplo equívoco quando vemos algum historiador fazer recuar algumas conquistas essenciais da lingüística mais recente. Com efeito, tornou-se evidente que alguns historiadores pretendem adjudicar à linguagem ou às construções lingüísticas a primazia na responsabilidade do fazer historiográfico. Para eles, fazer história equivaleria essencialmente a “montar” discursos históricos, numa operação eminentemente lingüística; pois, segundo pensam, não importa quão concretas são as estruturas sócio-econômicas de um contexto histórico estudado: a sua consecução historiográfica seria um fato primacialmente de linguagem.

Ora, salta à vista do estudioso da linguagem e da análise do discurso o caráter “subjetivista idealista” da concepção lingüística que informa tal visão historiográfica, para empregarmos aqui a conhecida expressão de Bakhtin. Não cabe aqui entrarmos nesta discussão; importa apenas pontuarmos que este fazer historiográfico concebe em larga medida o discurso da história como destituído de conexões significantes entre a linguagem (que, embora sendo um conjunto vivo e dinâmico de enunciações organizadas e realizadas por um indivíduo particular, se consubstancia através de signos verbais interpessoais) e a esfera da vida social e econômica propriamente dita, jamais subsumível à criação individual. Um tal discurso historiográfico, ou tenta passar ao largo das dificuldades próprias de seu ofício, como por exemplo de enxergar por trás das “paisagens da história” (cf. GADDIS, 2003 passim) mais do que um amontoado de fatos aleatórios, vale dizer: de tentar explicá-la em termos de uma totalidade orgânica, e nesse caso não será mais do que um amontoado de fatos arrolados por uma subjetividade transcendente, mais afeita à onisciência de uma divindade que paira acima da história concreta do que a algum ser

humano; ou então é um projeto daqueles que se pode postular, mas jamais realizar (a linguagem humana permite este tipo de paradoxo).

### 3. O exame de um caso. O relato de Ida Pfeiffer.

Feitas estas observações preliminares, passemos a examinar alguns fragmentos discursivos relacionados ao título deste artigo, qual seja, o não-europeu, e, mais especificamente, o escravo negro e a existência da escravidão como forma fundamental da constituição econômica e societária no Brasil no período. Evidentemente que os limites deste pequeno texto não comportam o espaço necessário para que se chegue a qualquer espécie de síntese, ainda que seja a mais superficial, que dê conta da complexidade posta pelos fenômenos ideológicos e discursivos contidos ainda que em somente um único relato tomado como corpus singular, tal é a multiplicidade de aspectos a serem examinados. Limito-me a fornecer breves exemplos de discursos que venham pelo menos a apontar para análises posteriores de maior envergadura. Se o presente estudo despertar no leitor o interesse pela análise proposta, então ele terá alcançado o seu objetivo.

Para efeito de tipificação, circunscrevo minha análise a apenas um relato inédito, por mim recentemente traduzido no âmbito da pesquisa que desenvolvo como bolsista junto à Fundação Biblioteca Nacional.<sup>2</sup> Trata-se do relato da passagem da austríaca Ida Pfeiffer no estado do Rio de Janeiro no ano de 1846, extraído de seu livro *Viagem de uma mulher ao redor do mundo*, publicado em 1850 (cf. PFEIFFER, 1850, que assinalaremos doravante: IP)

No âmbito dos relatos de viajantes europeus no Brasil da primeira metade do século XIX, a passagem do livro de Pfeiffer referente à sua estadia no Rio por cerca de dois meses é das mais expressivas. A condição de mulher, de falante do alemão como língua materna e de viajante de cariz cultural de clara filiação progressista, no contexto das lutas sociais na Europa confere ao seu relato um caráter privilegiado em termos do exame dos limites ideológicos dos discursos “progressistas” e sensíveis ao problema da escravidão à época. As contradições ideológicas – de resto freqüentemente inerentes às práticas discursivas na vida cotidiana de todo ser humano, particularmente quando confrontado com circunstâncias sócio-políticas conflitivas, emergem no relato de Ida Pfeiffer em diversas ocasiões com toda exuberância.

Entre os vários aspectos discursivos sobre os quais incidem estas contradições ideológicas no texto da autora, focalizo, para efeito deste artigo, algumas referentes aos portugueses radicados no Brasil, aos negros e “pessoas de cor”. Longe de esgotar o assunto, o presente estudo se propõe antes a apontar em linhas gerais, por meio de alguns exemplos, a atualidade das ideologias subjacentes a estes relatos e das estratégias discursivas por elas assumidas. Procuro evidenciar como alguns traços do eurocentrismo, profundamente arraigado nas mais variadas camadas da atual sociedade brasileira e veiculados nas mais diversas esferas de nossa vida social cotidiana, guardam uma espantosa semelhança com aquele relato de 150 anos atrás. O próprio efeito que esta semelhança evoca com os discursos que encontramos com freqüência em nossos dias é mais eloqüente do que qualquer outra explicação. A tarefa de identificar e mapear a trajetória destes estereótipos eu deixo para algum outro estudo mais abrangente.

A própria autora procura mostrar no início de seu livro que sua viagem não é de férias, conquanto seja a realização de seu sonho de juventude. Ela investe-se, com esta afirmação, de uma função informativa bastante corrente nos relatos de viajantes do período: a do viajante que tem por missão observar, esquadriñar e relatar, sem outra pretensão que prover o leitor de notícias e experiências objetivas sobre o mundo distante e desconhecido dos europeus.

Nos marcos deste artigo não cabe uma análise aprofundada do contexto editorial no qual os relatos de viajantes de um modo geral, e o livro da vienense Ida Pfeiffer em particular se situam. Importa, no entanto, que ao menos se pontuem dois aspectos extremamente relevantes

---

<sup>2</sup> A pesquisa, iniciada em janeiro de 2007, intitula-se “O Rio de Janeiro no olhar dos viajantes alemães nos séculos XVIII e XIX.”

relacionados a este contexto. Por um lado, o contexto de expansão do capitalismo europeu, e da configuração do que Mary Pratt denomina de “anticonquista” (1999 passim) na relação entre europeus e não-europeus. Por outro o possível interesse que o Brasil passa a oferecer para o público austríaco desde a vinda da filha do Imperador Francisco I, a Arquiduquesa e Princesa Imperial Maria Leopoldina.

Quanto ao primeiro aspecto, ressaltam-se a mobilidade oferecida pelos navios movidos a vapor e a intensificação das trocas comerciais entre a Europa e as Américas. Tanto o navio a vapor quanto o incremento do intercâmbio despertam junto ao público leitor europeu uma visível curiosidade acerca das terras e dos povos “exóticos”. As estratégias de Pfeiffer confluem no grande caudal das correntes historiográficas européias voltadas para a sedimentação das identidades culturais nacionais específicas. Estas correntes precisam do outro, do não-europeu; as construções discursivas, sejam informativas, literárias ou (auto)biográficas têm necessidade de afirmar o choque visual, o contraste.

Se, eventualmente, a autora Ida Pfeiffer, em termos subjetivos, estava psicologicamente motivada a investigar, buscar o elemento não-visível, certamente manifesto na vida cotidiana das pessoas que aqui viviam, jamais o saberemos. O que sabemos é que o seu produto narrativo, a protagonista de sua narração não demonstra este interesse; prefere manter-se fiel ao seu compromisso com o projeto de seu tempo:

não quero de forma alguma cansar os meus leitores com uma relação completa de todos os acontecimentos insignificantes e cotidianos, limito-me a lhes contar de modo geral os aspectos mais notáveis da cidade e dos modos e costumes de seus habitantes, e de como eu tive a oportunidade de conhecê-los durante a minha estada (IP, p. 29).

A promessa de não cansar o leitor deixa no ar uma cumplicidade ideológica com o mesmo. Ela se propõe a observar o não-europeu tal como o leitor o faria. Esta atitude traz implícita uma outra opção, que ela deixa escapar num simples vocábulo: não vai cansar os leitores com acontecimentos “insignificantes”. Ela não se propõe, desde o princípio, a atribuir qualquer significação ao desconhecido, ao não visto. Sua comunhão com o leitor certamente se dá na esfera semiótica da produção, circulação e leitura destes relatos se dá, muito possivelmente, num contexto de consumo da notícia ou da narrativa como um ato de consumo de uma mercadoria qualquer, que deve corresponder às expectativas e ao gosto dos consumidores.

Todos os lugares e pessoas que se observam têm como medida de comparação o elemento europeu. Na medida em que se aproximam do “normal” ou “conhecido” estes lugares ou pessoas representam quase sempre pontos de repouso narrativo, em contraste com a tensão do elemento diferente, quase sempre desagradável, feio, hostil, ou moralmente condenável.

À exceção do elemento europeu, da arquitetura às artes, da igreja ao teatro, tudo o que é brasileiro é, com poucas exceções, ruim, precário, insuficiente. Observem-se estas passagens do relato de Pfeiffer:

a cidade não oferece ao estrangeiro nada de atraente em termos de praças, ruas e edifícios. (...) As igrejas não oferecem à vista nada de especial, nem por fora nem por dentro. As que mais enganam ainda são a igreja e o mosteiro de São Bento, e a igreja Candelária, que à distância se destacam particularmente bem (p. 32). (...) Quanto às artes e às ciências, eu mencionarei somente com poucas palavras a Academia de Artes Plásticas, o museu, o teatro etc. Na Academia de Artes Plásticas vê-se de tudo um pouco, e, na verdade, não se vê nada – algumas figuras e bustos, em sua maior parte de gesso; alguns projetos de construções, desenhos à mão e uma coleção muito velha de quadros a óleo. Nesta, eu tive a sincera impressão de que alguma galeria particular tinha feito uma triagem, deixando o rebotallo para a Academia. A maior parte das pinturas a óleo está tão danificada que mal se reconhece o que elas representam, o que aliás não é de se lamentar muito. A única coisa interessante é a sua respeitável idade.

As cópias feitas pelos alunos formam um contraste gritante. Enquanto nos quadros antigos as cores estão já empalidecidas, aqui, em compensação, elas brilhavam excessivamente. Ali todas as cores – vermelho, amarelo, verde etc. – surgem em sua mais completa pureza, em parte alguma se cogitou em misturar, mitigar ou fundir as mesmas. Ainda hoje em dia eu não sei se os bons alunos tinham em

mente fundar uma nova escola do colorido ou se eles quiseram compensar em suas cópias o que o tempo havia estragado nos originais! (p. 38-39)

Em meio a tantos elementos arquitetônicos desagradáveis, somente alguns poucos se salvam. Dentre estes, a sua virtude é precisamente a de assemelharem-se ao elemento europeu: “A única construção verdadeiramente bela e grandiosa é o aqueduto [os atuais arcos da Lapa, L. M.], que em alguns lugares se parece realmente com uma obra romana” (IP, p. 32).

O único elemento autóctone digno de admiração é a natureza. A narrativa nunca se cansa de destacar sua pujança e grandiosidade. No entanto, como bem o demonstra Karen Macknow Lisboa nas narrativas de Spix e Martius sobre o Brasil (LISBOA, p. 86-120), também em Ida Pfeiffer a alternância entre o aspecto sublime (até certo ponto aterrorizante) e o pictórico (agradável e idílico) da natureza no Brasil está a serviço de um objetivo narrativo muito bem determinável. O estético causado pelo jogo de oposições e contrastes põe em relevo, de um lado a valentia, a intrepidez e a coragem da autora, do outro o encantamento, a fascinação e a delicadeza da observação feminina.

De um modo quase absoluto, a descrição dos habitantes do Rio de Janeiro e de seus arredores (Petrópolis, Friburgo, Cantagalo etc.) levada a cabo por Pfeiffer é marcada por um profundo estranhamento e por uma clara impressão estética negativa. Observem-se as impressões que se seguem sobre o negro. Repare-se no recurso aos animais doentes, como termos de comparação:

a cidade não oferece ao estrangeiro nada de atraente em termos de praças, ruas e edifícios; mas verdadeiramente repulsivas são as pessoas que a gente encontra – quase interminavelmente apenas negros e negras, com os narizes achatados e feios, os lábios grossos e cabelos curtos e crespos. Além disso, estão em sua maior parte nus, cobertos com trapos miseráveis, ou estão enfiados em roupas gastas de forma européia de seus senhores. A cada 4 ou 5 destes pretos encontra-se um mulato, e somente aqui e ali aparece luzindo um branco.

O quadro se torna ainda mais repulsivo com as freqüentes enfermidades que se percebem por todas as partes, entre as quais especialmente a elefantíase degenera em horríveis deformações dos pés; também não faltam cegos e outros males. A feiúra generalizada estende-se até mesmo aos cães e gatos que circulam em grande número nas travessas – estes também são na maioria sarmentos, ou cheios de feridas e bernês (IP, p. 32-33).

Mais adiante ela ainda ameniza um pouco a afirmação tão drástica feita há pouco. Repare-se desta vez a ênfase sobre o elemento feminino, em detrimento do masculino:

Somente após algumas semanas de estadia é que eu me acostumei um pouco à visão dos pretos e mulatos, e então encontrei também entre as jovens negras figuras graciosas, e entre as brasileiras e portuguesas de cor um pouco escura encontrei rostos bonitos e expressivos; o sexo masculino parece ser menos agraciado com o dom da beleza (IP, p. 34).

Como se não bastasse este juízo negativo sobre os negros, são precisamente estes últimos que servem de padrão à narradora na descrição de suas impressões sobre os índios puris, que a viajante fez questão de conhecer pessoalmente, considerando esta visita a mais importante de sua estada no Brasil:

Eu achei os índios ainda mais feios que os negros; - a sua cor de pele é bronze-claro, a sua estatura atarracada e de altura média. Eles têm rostos largos e um pouco encarquilhados, e um espesso cabelo negro como carvão, pendendo bem rente, que as mulheres trazem algumas em tranças, fixadas por trás da cabeça, outras pendendo soltos. A testa é larga e curta, o nariz um pouco achatado, os olhos bem espremidos, quase à maneira dos chineses, a boca muito grande com lábios grossos. Como se salientando ainda mais todas estas belezas, encontra-se espalhado por toda a face um traço próprio de estupidez, que se expressa em particular através da boca permanentemente aberta (IP, p. 101).

Agora, comparem-se todas estas descrições dos autóctones brasileiros com a que Pfeiffer faz de dois senhores de origem alemã, que conhece em sua viagem a Friburgo. Note-se aqui o lugar da polidez, da cultura, da empatia e da agradabilidade pessoal:

Já no Rio de Janeiro tínhamos ouvido falar dos senhores Beske e Freese, e havíamos sido exortados a não deixar de visitá-los. O senhor Beske é naturalista e vive aqui com a sua esposa, que é quase tão instruída como ele próprio. Nós conversamos uma boa hora em sua encantadora companhia; eles nos mostraram interessantes coleções de quadrúpedes, pássaros, cobras, insetos etc. Destas últimas vimos coisas mais bonitas e notáveis do que no museu no Rio de Janeiro. O senhor Beske tem permanentemente necessidade de encomendar na Europa objetos de história natural. – O senhor Freese é presidente e proprietário de um educandário para meninos, e preferiu construir seu instituto aqui em cima, num clima mais fresco, a fazê-lo lá em baixo, na cidade quente. Ele foi muito gentil em nos mostrar todas as instalações da instituição. Como o visitamos à noitinha, as aulas já tinham se encerrado; não obstante, ele nos apresentou todos os seus alunos, mandou que eles fizessem alguns exercícios de ginástica e fez-lhes diversas perguntas sobre história, geografia, aritmética etc., todas bem refletidas e corretamente respondidas. O seu instituto conta com 60 lugares, todos ocupados, conquanto se pague anualmente 1.000 mil réis por cada um (IP, p. 81).

Mas, voltemos às suas impressões sobre os negros no Brasil. A permanente descaracterização estética do escravo enquanto ser humano provido de beleza pode, a meu ver, de alguma forma ser relacionada à eficiência de seu discurso anti-escravagista. A meu ver, na análise das construções discursivas do escravo negro e da escravidão no Brasil empreendida por Ida Pfeiffer não são fundamentais as formas retóricas com as quais ela se confronta com a prática escravagista, com as quais ela expressa – inclusive esteticamente – os seus sentimentos os mais variados diante da *exploração* do negro. Estas formas são úteis apenas na medida em que mascaram, por trás do sentimento de piedade, o aspecto essencial, jamais posto em questão, da integração da escravidão no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, no qual o negro, além de desempenhar funções laborativas centrais no desenvolvimento da agricultura e da mineração, certamente tornou-se ele próprio uma *commodity* muito rentável.

O *mascaramento* ou a *ocultação* do fato da apropriação da força de trabalho em si, por trás da evocação das formas desumanas em que se dá esta apropriação, é, aliás, um dos traços absolutamente atuais do capitalismo moderno. Ontem como hoje, o máximo que esta perspectiva discursiva aponta é a necessidade da atenuação da barbárie nas diversas formas de apropriação do trabalho alheio. No caso da narrativa de Pfeiffer que ora trazemos, observa-se quando muito a acusação de uma desumanidade atribuída a fatores quase que atávicos dos proprietários de escravos portugueses e seus congêneres brasílicos. A abstração do fato essencial da apropriação do trabalho alheio conduz à naturalização da barbárie escravagista, com acusações específicas às elites portuguesas e brasileiras.

Pfeiffer assume um discurso aberto contra a instituição da escravidão, o que certamente revela, antes de mais nada, um rápido amadurecimento do clamor anti-escravagista na Europa. Em afirmações como a que se segue, Pfeiffer vai bastante fundo na formulação do diagnóstico das causas da brutalização do escravo negro:

Entre as classes que por aqui são denominadas de cultas estão várias pessoas que, após todas as provas de destreza mecânica e também de criação espiritual desenvolvidas com frequência pelos pretos, continuam afirmando que estes teriam uma mente tão abaixo dos brancos que somente poderiam ser considerados como uma transição entre o macaco e o gênero humano. Eu admito que eles estejam em certa medida longe da formação espiritual dos brancos; mas não vejo como causa a falta de entendimento, e sim na completa falta de educação. Nenhuma escola existe para eles, eles não recebem nenhuma instrução – em suma, nem um mínimo ocorre para que desenvolvam suas habilidades intelectuais. O seu espírito é mantido acorrentado propositalmente, como em antigos estados despóticos, pois o despertar deste povo poderia ser terrível. Em número, aqueles lhes são



quatro\* vezes superiores, e se eles chegassem à consciência desta superioridade, os brancos poderiam facilmente ser remetidos à condição nas quais se encontram os infelizes pretos (IP, p. 35-36).

No entanto, sua aversão à servidão humana não a impede de tentar atenuar junto ao leitor a condição do negro escravo no Brasil. Segundo ela

o destino dos escravos não é tão ruim como crêem muitos europeus. No Brasil eles são em termos relativos bastante bem tratados; eles não são sobrecarregados de trabalho, têm uma alimentação boa e forte, e as punições não são nem tão freqüentes nem tão rigorosas. Somente as fugas é que são duramente punidas. Além de apanharem muito, eles recebem ferros no pescoço ou nos pés, que vão ter que carregar por bastante tempo. Um outro tipo de punição consiste em carregarem uma máscara metálica, trancada na parte de trás por um cadeado. Com ela são punidos os beberões e os que comem terra ou cal. Durante a minha longa estadia no Brasil eu vi somente um negro andando com tal máscara. Eu quase ousaria afirmar que, de um modo geral, o destino dos escravos é menos cruel do que o dos camponeses russos, poloneses ou egípcios, que não são chamados de escravos (IP, p. 36-37).

Observe-se também a seguinte passagem:

Eu tive oportunidade de observar nesta, bem como em muitas outras fazendas, vendas e casas particulares, que nem de longe os escravos são tratados tão duramente, como nós os europeus afirmamos. Eles não são sobrecarregados com trabalho, seguem todos com muita tranqüilidade para os seus afazeres e são bem alimentados. Os seus filhos são com freqüência os companheiros de brincadeira dos filhos de seus senhores, e se batem com aqueles ao redor como o fazem consigo mesmos. Podem também existir casos de um ou outro escravo ser castigado dura e imerecidamente; mas, tais injustiças não acontecem também na Europa?

Eu sou certamente uma grande adversária da escravidão, e saudaria a sua supressão com infinita alegria de espírito. Não obstante, repito a minha afirmação de que o escravo negro tem, sob a proteção das leis, um destino melhor do que o felá livre no Egito e do que muitos camponeses na Europa, que ainda gemem sob o peso do trabalho forçado na lavoura. – A razão principal do melhor destino de um escravo se comparado com o camponês forçado à lavoura pode estar em parte no fato de que a aquisição e sustento do primeiro seja cara, enquanto para este último não se precisa desembolsar nada (IP, p. 92).

O negro torna-se aos olhos de Ida Pfeiffer objeto de diferentes reflexões, mas também assume por vezes funções estéticas nas quais assume papéis cômicos, vis, ingênuos, ardilosos etc., dependendo do efeito literário (estético) almejado. Tomemos como exemplo o episódio dramático do ataque sofrido por ela e um amigo nas imediações de Petrópolis, por ela intitulado como “tentativa de assassinato cometida por um negro-marrom”. A intensidade dramática é tanta que o trecho foi publicado em um jornal dominical de Viena, em dezembro de 1847, como nos faz saber a autora indiretamente em nota de rodapé. O trecho é longo, mas muito expressivo:

A presença freqüente de *trupas*\* conduzidas por negros, bem como de esporádicas pessoas a pé que encontrávamos, aliviava-nos de todo temor, de modo que nos passou despercebido o fato de estarmos sendo continuamente seguidos por um negro. Mas, quando nos achamos sozinhos num trecho isolado, ele subitamente pulou à nossa frente, com uma longa faca numa mão, segurando na outra um *lazo*\*\* , irrompeu em nossa direção, e deu a entender mais com gestos do que com palavras que tencionava assassinar-nos e arrastar-nos para a floresta.

Nós não portávamos armas, porque nos descreveram esta excursão como sendo totalmente sem perigo, e, para nos defendermos, tínhamos somente nossos guarda-chuvas. Além deles eu possuía ainda um canivete, que puxei imediatamente da bolsa e abri, firmemente decidida a defender a minha

---

\* A proporção de um branco para quatro pretos não vem se alterando (nota de I. P.).

\* O termo *trupa* é utilizado para designar 10 mulas, conduzidas por um negro; várias tropas reúnem-se habitualmente, formando com freqüência comboios de 100 a 200 mulas. É que todos os objetos são transportados no Brasil por mulas [nota de Ida Pfeiffer].

\*\* O *lazo* [laço, n. do trad.] é uma corda com um laço; os nativos da América do Sul sabem dela servir-se com tal destreza, que com ela capturam os animais mais selvagens [nota de Ida Pfeiffer].

vida com unhas e dentes. Com os guarda-chuvas, defendemo-nos dos golpes da melhor maneira possível. Mas aqueles não resistiram muito tempo; além disso, o negro conseguiu agarrar o meu – nós o disputamos em luta. Ele se partiu, e restou apenas uma partezinha do cabo na mão; mas nesta disputa a faca caiu de suas mãos e rolou para alguns passos dali – rapidamente lancei-me naquela direção, e já acreditava que ia apanhá-la quando ele, mais rápido do que eu, empurrou-me dali com a mão e com o pé, e apoderou-se dela novamente. Ele vibrou-a enfurecido sobre a minha cabeça e me impingiu dois ferimentos, um furo e um corte profundo, ambos na parte superior do braço esquerdo; considerei-me então perdida, e somente por desespero tive ainda coragem de fazer uso de minha faca. Dei um golpe no peito do negro, ele o aparou; eu somente fiz-lhe uma ferida considerável na mão. O conde pulou sobre ele, agarrando o sujeito por trás, com o que eu tive a oportunidade de levantar-me novamente do chão. Tudo isso ocorreu num intervalo de alguns instantes. A ferida recebida deixou o negro furioso; ele arreganhou os dentes em nossa direção, como um animal selvagem, e brandiu a sua faca com uma rapidez espantosa. O conde logo recebeu também um corte sobre a mão inteira, e nós estaríamos infalivelmente perdidos, não tivesse Deus nos enviado ajuda. Nós percebemos um galope sobre o calçamento, e imediatamente o negro deixou-nos e pulou para dentro da floresta. Logo em seguida, dois cavaleiros dobraram a esquina da estrada; corremos em sua direção; as feridas sangrando desatadamente, e os nossos guarda-chuvas destroçados deixaram rapidamente clara a nossa situação. Eles nos interrogaram sobre a direção tomada pelo fugitivo, pularam dos cavalos e tentaram ir ao seu encaço. Mas os seus esforços teriam sido em vão, não fosse a chegada de dois negros vindo pela estrada, que lhe prestaram ajuda e logo capturaram o sujeito (IP, p. 71-73).

Este trecho mostra com toda clareza como a narradora, sob dramática circunstância, revela a sua limitação ideológica diante da escravidão negra. Com a proximidade de uma catástrofe pessoal, a viajante iguala-o a um animal irracional:

Ele foi amarrado, e, como não queria andar, ganhou uma surra considerável, particularmente sobre a cabeça, de tal modo que eu tive medo de que tivessem amassado o crânio do pobre homem. Contudo, ele contorceu a sua face e permaneceu deitado no chão como se estivesse petrificado. Os dois negros tiveram que o agarrar para levá-lo e carregá-lo até a casa mais próxima; enquanto isso ele mordida tudo à sua volta, parecendo um animal raivoso. Os nossos salvadores, bem como o conde e eu os acompanhamos; nossas feridas receberam ataduras, e nós prosseguimos nossa caminhada, certamente que não sem algum medo, particularmente quando encontrávamos um ou vários negros, mas sem qualquer outro incidente, e sempre admirando a encantadora paisagem (IP, p. 73).

A circunstância não é objeto de nenhuma reflexão ulterior mais profunda sobre a escravidão e a condição humana. O episódio é apenas reduzido a uma aventura, uma situação de perigo vivida pela protagonista e compartilhada com habilidade com os seus ávidos leitores. A contradição flagrante entre o espírito declaradamente anti-escravagista da viajante, que procura mostrar-se compreensiva com a condição brutalizada do negro, é atravessada por estes elementos discursivos, por vezes simples vocábulos, que deixam entrever o seu profundo etnocentrismo e o seu enraizado racismo. No caso acima, o máximo que Pfeiffer consegue elaborar em seu discurso é uma explicação psicológica do tipo mecânico-causal para a inexplicável atitude do negro:

Por toda parte, tanto em Petrópolis quanto na capital, as pessoas se espantaram de tal maneira com a tentativa de assassinato à qual estivemos expostos, que as pessoas mal teriam dado crédito às nossas histórias, não fossem as feridas que recebemos. O sujeito foi tido por um bêbado ou maluco. Somente mais tarde é que soubemos da verdadeira causa. O seu senhor tinha pouco antes mandado açoitá-lo por causa de um delito, e, depois disso, quando ele nos encontrou na floresta, pode ter pensado que encontrara então a oportunidade de satisfazer o seu ódio contra os brancos sem ser punido (IP, p. 75).

Há um outro momento com alguma dramaticidade onde a presença do elemento negro, embora lateral, ganha um contorno narrativo bastante interessante. Trata-se da descrição de uma grande queimada nas imediações de Friburgo, quando Ida Pfeiffer seguia em direção a Cantagalo:

Um novo espetáculo que aqui me surgiu pela primeira vez foram as freqüentes queimadas da selva, feitas para tornar o solo cultivável. Na maior parte das vezes eu via apenas de longe colossais nuvens de fumaça rodopiando para o alto, e não desejando nada mais ardentemente do que chegar bem próximo de uma chama. O meu desejo estava destinado a ser realizado ainda neste dia, na medida

em que o caminho passava exatamente entre uma floresta e uma fogueira que ardião ao fogo. O espaço entre ambos montava no máximo uns 50 passos, e encontrava-se completamente coberto pela fumaça. Ouvia-se o crepitar do fogo, e viam-se potentes colunas de fogo serpenteando através das nuvens de fumaça. Em meio a tanto se ouviam estalos, iguais a tiros de canhão, resultantes da queda de grandes árvores. Quando vi o meu guia cavalgar em direção a esta pocilga do inferno, tenho que dizer que me veio o medo; mas refleti que ele certamente não poria levemente sua vida em jogo, e que, portanto, já ter necessariamente a experiência de que lugares assim são atravessáveis.

Na entrada encontravam-se sentados dois negros, para instruírem o caminhante sobre a direção a tomar, e para recomendarem-lhe a maior pressa possível. O meu guia me traduziu isso, meteu a espora em seu cavalo, eu segui o seu exemplo, e assim abrimos caminho à máxima velocidade pela garganta enfumaçada.

Cinzas incandescentes voavam à nossa volta, e a sufocante nuvem de fumaça era ainda mais angustiante do que o calor que vinha do fogo. Parecia que o ar faltava também aos nossos animais, e a muito custo conseguimos mantê-los no galope. Por sorte, todo o trecho atingido não passava de quinhentas a seiscentas passadas, de modo que conseguimos atravessá-lo sem acidentes (IP, p. 83).

A presença relativamente tranqüila dos dois negros, em contraste com o estado de espírito da narradora, fornece ao leitor um desenho daqueles pobres seres acostumados às circunstâncias mais trágicas, que agem com uma incompreensível naturalidade diante do perigo e da morte, cuja alegoria certamente mais expressiva é o fogo como “pocilga do inferno”.

Ainda num contexto literário, vemos o negro desempenhar um papel entre ridículo e grotesco. O episódio se desenvolve num certo trecho do relato de Pfeiffer, quando a narradora descreve uma jornada no entorno do Corcovado, em que ela e seu acompanhante alemão vieram a desembocar num local supostamente próximo à região das Paineiras. Em meio à solidão daquelas matas profundas e densas, a autora está à procura de um abrigo. Eis que ocorre um encontro insólito:

Com mais sorte do que se costuma ter nestes casos, nós achamos não apenas um hotel bem bom, com quartos limpos e bons móveis, mas também uma companhia que nos divertiu deliciosamente. Era uma família de mulatos que absorveu toda a minha atenção. A mulher, uma beleza bem corpulenta de uns trinta anos, estava enfeitada como entre nós apenas estaria uma dama de péssimo gosto – levava sobre si todas as coisas valiosas. Em toda parte onde se poderiam usar jóias e ouro ela usava. Um vestido de tecido pesado e um autêntico xale envolviam o corpo marrom escuro, e um chapeuzinho de seda branca, pequeno e bonitinho, assentava-se da maneira mais cômica possível sobre a cabeça desajeitada. O marido e cinco filhos postavam-se dignamente ao lado da esposa e respectiva mãe – e o enfeite estendia-se até à acompanhante das crianças, uma figura de negra ainda puro-sangue, igualmente sobrecarregada de enfeites. Num braço tinha cinco, no outro seis pulseiras (62) de pedras, pérolas e corais, mas que, assim me parecia, não eram autênticas.

Quando a família partiu, chegaram duas carruagens Landau atreladas a quatro cavalos, nas quais senhor e senhora, crianças e criada embarcaram com dignidade igualmente majestática (IP, p. 61-62).

Para efeito de conclusão do presente artigo, destaco ainda o episódio em que um dos protagonistas é um personagem negro a um só tempo supostamente ingênuo e infantilóide, acoplado a todo um contexto que oscila entre o risível, o farsesco e o grotesco. O acontecido teve lugar num dos pontos mais extremos da incursão de Pfeiffer no interior do Rio de Janeiro.

Quis o destino que eu assistisse a um enterro e a um batizado. Já antes do início da missa veio um bote sobre o **Parahyby** [Rio Paraíba, L. M.], alcançou a margem, dele foi levantada uma rede na qual se encontrava o falecido. Ele foi posto num caixão aberto, que foi montado numa casa próxima ao cemitério. O cadáver estava coberto com uma toalha branca, mas entreviam-se os pés e metade da cabeça. Esta encontrava-se enfiada numa touca pontuda de tecido preto brilhante.

Antes do velório deu-se o batizado. O batizando, um jovem negro de 15 anos, estava com a sua mãe junto à porta da igreja. Quando o padre entrou na igreja para ler a missa, conferiu-lhe de passagem o rótulo de cristão, sem muita cerimônia e compenetração, e mesmo sem testemunhas. O bom jovem também parecia tão pouco comovido por todo o ato como um recém-nascido; eu acho que tanto ele como a sua mãe mal têm idéia da importância deste ato.

O padre leu em seguida voando a missa, e então abençoou o morto que, diga-se de passagem, era membro de uma família algo abastada, e que, por isso, ganhou um enterro decente. – Mas, ó

infelicidade! Quando se quis deitar o morto em seu frio leito de descanso, este foi considerado muito pequeno e estreito. O pobre foi então, juntamente com o seu caixão, socado aqui e ali, de modo que eu esperava a qualquer instante vê-lo sair rolando do mesmo. Mas tudo isso de nada adiantou: após muitos esforços inúteis nada mais restou às pessoas além de deixar de lado o caixão e aumentar o túmulo, o que foi feito sob um constante praguejar e amuamento (IP, p. 95-96).

#### **4. Conclusão.**

Como frisei num momento anterior, com estes exemplos de construções discursivas eu tive menos a intenção de proceder a uma análise abrangente deste aspecto específico do discurso de viajantes europeus no Brasil do século XIX do que apontar direções em que esta investigação pode se desdobrar no futuro de maneira mais abrangente e completa. À medida que se for confirmando a tese – que defendo – segundo a qual estes relatos de viajantes do passado ainda hoje informam e determinam direta ou indiretamente as construções discursivas com as quais os brasileiros constroem e reproduzem a sua auto-imagem na contemporaneidade, a análise lingüística destes relatos irá ocupando o seu justo lugar junto aos estudiosos da história do Brasil e da análise do discurso, mas também, espero, junto aos círculos mais amplos das pessoas que se propõem a combater os estereótipos racistas através de ações concretas, sejam discursivas ou sejam de outra natureza.

#### **Referências bibliográficas**

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CASSIRER, Ernst. *A filosofia do Iluminismo*. 3ª. ed., trad. de Álvaro Cabral. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- GADDIS, John. *Paisagens da História. Como os historiadores mapeiam o passado*. São Paulo: Editora Campus, 2003.
- HERDER, Johann Gottfried. *Ensaio sobre a origem da linguagem*. Trad. do alemão de José J. Justo. Lisboa: Edições Antígona, 1987.
- LEITE, Miriam Lifschitz Moreira. *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- LISBOA, Karen Macknow. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1997.
- MORAIS, Rubens Borba de & BERRIEN, William. *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Senado Federal. Brasília – DF, CD-rom, 1998.
- PFEIFFER, Ida. *Eine Frauenfahrt um die Welt. Reise von Wien nach Brasilien, Chili, Otahaiti, China, Wien, Ost-Indien, Persien und Kleinasien*. Wien: Carl Gerold, 1850, vol. 1
- PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império: relatos de viagens e transculturação*, Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierrez, Bauru: EDUSC, 1999.
- RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório. tapas da evolução sociocultural*. São Paulo: Publifolha, 2000.